



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150419 - MA (2021/0220233-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : ARLESSON CARVALHO SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA SOBRINHO - MA008085
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CORRÉU : DERICK MORGAN COELHO MARTINS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ARLESSON CARVALHO SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (HC n. 0806076-22.2021.8.10.000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta "prática dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo de uso permitido (arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006 e art. 12 da Lei nº 10.826/2003)" (fl. 129).

Sustenta que o flagrante se reveste de ilegalidade em razão da invasão de domicílio promovida pelos policiais, sopesando precedentes jurisprudenciais que reconhecem a ilicitude das "provas obtidas através de invasão de domicílio sem expressa ordem judicial ou comprovada autorização do morador" (fl. 161).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva e, no mérito, o provimento do recurso para trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do habeas corpus é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe

de 12/11/2020), o que torna a liminar em plantão momento inadequado à pretensão de trancamento da ação penal.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente